

**TÁTICAS DE INTERAÇÃO ENTRE COMUNISTAS JUNTO TRABALHADORES
URBANOS EM MINAS GERAIS (1945-1955)**

CAMILA GONÇALVES SILVA FIGUEIREDO*

A historiografia brasileira, conta com diversos trabalhos que analisam tanto o Partido Comunista Brasileiro quanto as classes trabalhadoras em diversos contextos históricos no país. O trabalho de Francisco Weffort (WEFFORT, 1972) é considerado como referência de estudos que consideram o papel do PCB entre as classes trabalhadoras nas décadas de 1940 e 1950 como insipientes. Em sua concepção o movimento sindicalista na década de 1940 era uma experiência recente na história do Brasil e, apenas adquiriu maior relevo a partir de meados da década de 1950. Ainda sim, o autor expõe que, apesar de alçar em alguns momentos experiências mais expressivas entre os trabalhadores, o PCB não conseguiu obter relevância contínua ao longo da sua trajetória de interação entre os trabalhadores. Assim, Weffort afirma que no início dos anos cinquenta a relação entre o PCB e os trabalhadores, pode ser caracterizada como uma posição subordinada à política nacionalista e, na esfera sindical, o PCB concentrou suas ações em maior medida em organizações sindicais paralelas as oficiais. Ainda, conforme o referido autor, o PCB atuou sob os preceitos da 'ordem e tranquilidade', ou seja, controlar os movimentos dos trabalhadores e coibir a realização de greves, orientações integrantes ao compromisso firmado com o estado a fim de obter, sobretudo, o retorno a legalidade política.

Deste modo, Weffort enfatiza que a postura adotada pelo PCB em relação à dinâmica de relações com o movimento sindical foi colaboracionista as determinações do governo, sendo incapaz de ao menos garantir legalmente o direito de greve aos trabalhadores. Para ele, no decurso da década de 1950 os comunistas buscaram exercer maior atuação entre as classes trabalhadoras, sobretudo, sob a liderança de Luís Carlos Prestes. Contudo, o autor acredita que mesmo a penetração alcançada entre os movimentos dos trabalhadores sofreu um longo declínio já nos primeiros anos da década de 1960.

Weffort também não considera os sindicatos como fonte de poder político. Em sua concepção os sindicatos nos anos cinquenta devem ser considerados em um conjunto, como

*Mestre e Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista Capes.

instituição “intermediária entre o poder político e a classe”, ou seja, para ele os sindicatos representam as reivindicações junto ao poder, mas não possuem autonomia. O autor não acredita na possibilidade de independência dos sindicatos, haja vista que em sua concepção estes grupos estiveram atrelados ao próprio governo. Além disso, para ele o partido sofreu um forte revés ao retornar a ilegalidade política em 1947. Apenas dois anos na legalidade política não foram suficientes para aumentar a projeção política, entre os anos de 1945 a 1947. Sendo assim, para Weffort, o retorno a clandestinidade reverberou no declínio tanto da articulação, quanto da perda de influência entre a classe trabalhadora no país. (WEFFORT, 1980)

O presente estudo não corrobora das concepções de Weffort acerca do desempenho do PCB entre as classes trabalhadoras urbanas no período correspondente aos anos de 1945 a 1955. Para nós, o autor apresenta conclusões generalizadas acerca da influência dos comunistas entre os trabalhadores ao não considerar a heterogeneidade das relações do cotidiano como fundamentais para o entendimento das interações de ambos os segmentos. Ademais, Weffort apresenta suas conclusões para âmbito nacional baseado apenas na performance política do PCB. Assim, o pesquisador não considera a diversidade da dinâmica interna do partido nos vários estados do país, nem tão pouco examina em que medida as discordâncias internas acerca dos rumos da agremiação podem ter estimulado ações distintas de acordo com cada estado ou, inclusive, conforme cada localidade. No transcorrer do trabalho de Weffort encontramos rarefeitas menções sobre existência de contradições internas originárias das decisões políticas adotadas no cotidiano pelo partido, a não ser quando o autor aborda o processo de cisão que ocorreu no início dos anos sessenta.

Salientamos como primordial para entender as relações do PCB com os trabalhadores a concepção de que a articulação não foi homogênea, mas um processo em que houve divergências e dificuldades para efetivação. Além disso, precisamos considerar que os posicionamentos políticos adotados pelos dirigentes nacionais nem sempre foram aceitos de maneira homogênea em todas as instâncias da agremiação, nem por todos os militantes. De igual modo, é preciso ir além das afirmações de que o PCB, em termos políticos, meramente seguiu as orientações para manter a 'ordem e tranquilidade', haja vista que, tal assertiva impossibilita a compreensão aprofundada sobre a dinâmica interna e externa do partido ao fornecer somente conclusões gerais acerca do partido.

A nossa pesquisa segue a perspectiva analítica adotada pelo pesquisador Marco Aurélio Santana em "Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil", (SANTANA, 2001) esta obra analisa a articulação e atuação do Partido Comunista Brasileiro com o

movimento sindical no período de 1945 a 1992. O autor parte da premissa de que o PCB munido do interesse em adentrar no cenário político brasileiro atuou ativamente no meio sindical, muito embora tenha vivenciado ao longo da sua trajetória partidária períodos de ilegalidade e perseguição política. Santana assegura que o processo de inserção no movimento dos trabalhadores não foi homogêneo, houve resistências internas e pressões entre a organização. Ademais, para ele o PCB prosseguiu com o seu trabalho de articulação junto às massas trabalhadoras apesar do contexto desfavorável.

O trabalho de Santana não é a única pesquisa da historiografia brasileira que refuta as interpretações de Francisco Weffort. O pesquisador Augusto César Buonicore examina a participação dos comunistas na dinâmica sindical brasileira entre os anos de 1948 a 1952. Para Buonicore, a pesquisa de Weffort reforça a tese de que os comunistas ao invés de atuarem diretamente nos sindicatos criaram associações paralelas, sendo este o fator que reduziu a influência do PCB nas ingerências sindicais, porque contribuiu com a divisão interna dos trabalhadores. Buonicore nega essa interpretação ao afirmar que os comunistas ao deslocarem o raio de atuação, dos sindicatos oficiais para as estruturas paralelas, tiveram nesta à derradeira opção para manter os trabalhadores 'minimamente organizados'. Além disso, em sua pesquisa, Buonicore demonstrou que além de atuar em organizações paralelas os comunistas prosseguiram o trabalho de infiltração entre os trabalhadores, participaram de deliberações sindicais, influenciaram nas decisões cotidianas apesar da ilegalidade política. (BUONICORE, 1996)

Posta dessa forma, este trabalho integra a pesquisa de doutorado vinculada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e, é orientado pela professora Dr. Valéria Marques Lobo. A proposta de análise da tese consiste em compreender as estratégias de articulação do Partido Comunista Brasileiro-PCB junto às classes trabalhadoras em Minas Gerais, no período de 1945 a 1964. Esta comunicação tem por meta expor, de maneira sucinta, as basilares conclusões referentes às estratégias utilizadas pelos membros do PCB do estado de Minas Gerais para integrar suas ações entre os trabalhadores urbanos, entre os anos de 1945 a 1955.

Para o desenvolvimento das análises utilizamos, fundamentalmente, os documentos apreendidos em várias sedes do PCB mineiro provenientes do acervo "Coleção Informante do Regime Militar", que estão sob custódia do Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro. Cumpre ressaltar que o trabalho de compreensão da formação da estrutura do partido não é uma tarefa fácil, em função da fragmentação e da incompletude da documentação, provavelmente em razão da forte censura a que o partido foi submetido ao longo da sua

existência. Em virtude desse aspecto, não nos restringimos ao uso de um único acervo, mas também utilizamos os documentos do Departamento de Ordem Política e Social-DOPS disponíveis no Arquivo Público Mineiro, sediado em Belo Horizonte. Apesar da dispersão das fontes referentes à origem e trajetória do PCB mineiro, foi possível identificar os principais elementos que compuseram o arcabouço estrutural do partido no recorte temporal deste estudo. Ademais, também localizamos as regiões de Minas Gerais em que o PCB destinou maior atenção estratégica para efetuar o contato e articulação com os trabalhadores urbanos.

Na tese traçamos como objetivo a compreensão da estrutura orgânica do Partido Comunista Brasileiro, em Minas Gerais durante o período de 1945 a 1964. Inicialmente, a nossa pesquisa contemplava o ano de 1950 como marco inicial para desenvolvimento de nossas análises. Contudo, a partir do exame das fontes consultadas, julgamos necessário recuar ao ano de 1945 em razão das significativas alterações implementadas neste período pelo PCB estadual, que refletiram nas disposições estruturais da agremiação na década seguinte. Dentre as alterações executadas pela agremiação em Minas Gerais, podemos citar as mudanças na linha política adotada em âmbito nacional que repercutiram na esfera estadual, e a definição de táticas mais eficazes para o estabelecimento da interação junto aos trabalhadores.

Dessa forma examinamos as ações realizadas com a finalidade de concretizar o objetivo central do PCB, que consistia na constituição de um partido voltado para a condução das grandes massas trabalhadoras. Para isso, a atenção do partido concentrou-se, principalmente, na construção de estratégias que pudessem concretizar a inserção dos comunistas em meio aos espaços de atuação da classe trabalhadora. Em Minas Gerais, a partir de meados da década de 1940 o PCB realizou várias alterações na composição da estrutura orgânica, no intuito de melhorar o seu desempenho no cenário estadual. Para isso, a linha política do partido também foi alterada durante os anos subseqüentes, entre os anos 1950 e 1960, em função, sobretudo, da influência exercida pelo do IV e V Congresso do Partido Comunista Brasileiro, realizado nos anos de 1954 e 1960 respectivamente.

O debate em torno das deliberações realizadas durante o IV e V Congressos do PCB foram fundamentais para que o partido não fizesse apenas uma crítica da sua atuação em âmbito nacional, mas também para que direcionasse o julgamento acerca das suas deficiências em cada estado da federação, no período relativo à década de 1950. Em consonância a esse processo, em Minas Gerais ecoou a necessidade em materializar os princípios do centralismo democrático, através da articulação com a teoria marxista-leninista às condições reais da

política e da sociedade brasileira. Sendo assim, a preocupação capital esteve direcionada ao reajuste dos princípios do partido a realidade tanto da sociedade, quanto da classe operária.

Até então, nas fileiras do partido farta parcela das críticas era referente a excessiva centralização do trabalho, que, na prática era percebido através dos inúmeros planos e tarefas impostos as estruturas secundárias da agremiação. Essa excessiva centralização impedia uma atuação dinâmica entre os militantes e na percepção da realidade vivenciada pelos trabalhadores. Assim, no processo de implementação das ações muitas vezes não era realizado de maneira efetiva o exame das condições reais existentes, nem tão pouco eram valorizadas as ações espontâneas do trabalho dos filiados. Nesse período, 1945 a 1955 o PCB já contava com Organizações de Base que tinham a finalidade de estreitar laços entre os militantes e as massas. Em 1950 o partido estava organizado em sete Comitês Avançados que atuavam no sentido de expandir suas ações para as localidades contíguas. Os Comitês Avançados eram Centro (com sede em Belo Horizonte e Conselheiro Lafaiete), Sul (com sede em Juiz de Fora), Triângulo Mineiro (com sede em Uberlândia), Vale do Rio Doce (com sede em Aimorés), Norte de Minas (com sede em Montes Claros), Sul de Minas (cidade sede não identificada).

Após a realização do V Congresso foi divulgado o documento intitulado "Resolução sobre a Política de Organização do Partido". (RESOLUÇÃO PCB, 1954). Este documento além de conter as análises sobre o panorama de trabalho executado pelo partido até então, também continha instruções sobre as ações que deveriam ser efetivadas. De acordo com a concepção dos dirigentes os princípios do centralismo democrático eram o principal desafio na prática cotidiana. No cotidiano, a excessiva centralização e ausência de um trabalho prático obstruíam a concretização de relações mais dinâmicas e efetivas entre os militantes. Tal postura distanciava o partido da sua razão central, ou seja, consolidar-se enquanto partido de massas, pois os indivíduos, ao integrarem-se as fileiras apenas recebiam e executavam ordens.

A nova orientação política do PCB tanto em âmbito nacional, quanto estadual, se concentrou na consolidação da linha de direção coletiva, através do estreitamento das relações entre os órgãos dirigentes centrais, intermediários e de base. Na correção do centralismo excessivo, que era tido como uma das principais deficiências apresentadas ao longo da trajetória do PCB, um dos métodos apresentados referia-se a eliminação do sectarismo. Através da análise da "Resolução", a crítica apresentada é de que muitos dirigentes estaduais e locais e mesmo filiados e simpatizantes atuavam como se estivessem seguindo uma 'seita', o chamado *sectarismo*, caracterizado por inúmeras orientações e regras que eram seguidas e metodicamente cumpridas pelos filiados.

A presença do sectarismo impedia além da participação efetiva dos militantes, a realização do diálogo na tomada e execução das demandas internas. Dessa forma, as definições eram tomadas de maneira hierárquica e de modo inflexível. Mesmo a institucionalização das células, que consistiam em pequenos núcleos comunistas situados em bairros ou em empresas, considerados um expressivo instrumento para angariar adeptos, de acordo com os dirigentes, vinha tendo seus resultados pouco significativos em grande medida devido ao sectarismo. A necessidade de adequar o discurso teórico às condições reais dos seus militantes foi basilar no processo de redefinição da estrutura organizacional do PCB mineiro. Não obstante, se estas definições estavam claramente expressas na "Resolução sobre a Política de Organização do Partido", todavia, na prática, não foi uma tarefa de fácil execução.

Isso porque, vinculado ao problema resultante do sectarismo, havia também o desinteresse de alguns militantes em efetuar o trabalho de contato com as massas com vistas ao ensinamento dos estatutos e orientações do partido. Paradoxalmente, o trabalho militante nas ruas era considerado por algumas lideranças como algo que deveria ser feito apenas pelos subordinados. Contraditoriamente ao interesse em ampliar as fileiras a partir do fortalecimento do contato direto com a sociedade, alguns filiados também consideravam essa atividade como um trabalho inferior dentre as funções exercidas no interior do partido. Não obstante, ações com enfoque na leitura e discussão das principais obras comunistas era um trabalho valorizado. Ou seja, muito embora o PCB tenha em sua concepção ideológica o interesse de tornar-se um partido condutor das ações das grandes massas, entre muitos integrantes da agremiação no período, o trabalho intelectual era mais valorizado do que o labor prático da militância. Mas, de acordo com o diagnóstico feito pelo Comitê Nacional, mesmo a demanda intelectual não estava sendo feita com êxito pelas organizações de base, poucos eram os seminários e estudos realizados pelas lideranças. Tal postura contribuiu para um distanciamento hierárquico entre as lideranças, filiados e simpatizantes.

Por conseguinte, enraizavam entraves importantes no estabelecimento de constituição das Organizações de Base sólidas, na ampliação das fileiras e, por fim prejudicava o fortalecimento do partido no cenário político brasileiro. Nesse sentido, o documento que trata das Resoluções aponta ainda que, muito embora o PCB estivesse mobilizado no trabalho de reestruturação orgânica em âmbito nacional e estadual desde meados dos anos 1940, as dificuldades operacionais cotidianas, equivalentes a mera militância, basilar em qualquer constituição partidária, ainda eram fortemente presentes nas décadas de 1950 e 1960.

No decurso da realização deste exame crítico acerca de suas deficiências, o PCB de maneira processual estabeleceu um planejamento de estratégias com a finalidade expurgar os problemas que o impediam de se tornar, de fato, um partido de massas. O aperfeiçoamento do trabalho dos membros do PCB foi realizado no decurso da década de 1950, em consonância as suas ações e, apesar da ilegalidade política. Sendo assim, paulatinamente os membros definiram e constituíram as condições objetivas e subjetivas da política de organização do partido e definiram estratégias de mobilização dos filiados para a prática da política de organização e luta junto à classe trabalhadora.

De acordo com esta concepção o partido precisava assumir a responsabilidade de vanguarda revolucionária mediante a diversificação de suas ações. O trabalho de propaganda e agitação permaneceu, mas como ação complementar e articulado a tarefa de ampliação das fileiras do partido. Mas, os dirigentes estaduais reforçaram a imperativa responsabilidade de concretizar-se como um partido de vanguarda e dirigente das grandes massas, deveria obrigatoriamente ser combinada ao trabalho prático cotidiano e, não apenas no nível teórico ideológico. Sem uma prática efetiva pelos dirigentes e filiados, o discurso ideológico além de vazio apenas resultaria na manutenção dos entraves que impediam a concretização do amplo apoio e adesão da sociedade, e, de tal modo o PCB perderia sua credibilidade no cenário político brasileiro.

O empenho em ampliar o número de filiados ao PCB através do recrutamento feito pelos militantes foi alargado com o processo de reestruturação da linha política do partido. Muito embora ainda estivesse na ilegalidade, a necessidade de aumentar o número de filiados tinha como objetivo expandir a projeção e influencia do partido em âmbito nacional para que dessa forma aglutinasse forças capazes de alcançar a legibilidade. Não há claramente uma indicação em termos numéricos de metas ou percentuais a serem alcançados no processo de expansão para o estado de Minas Gerais, mas nos documentos consultados estava expresso o interesse em deixar de ser uma agremiação com poucos militantes, para um partido de 'muitos e bons'.

A relação do PCB com a classe operária é descrita em vários documentos oficiais do partido como o seguimento da sociedade em que os esforços do partido devem ser densamente concentrados no sentido de integrar e participar das suas ações. Dentre as profissões apontadas como prioridade neste trabalho no estado de Minas Gerais estão os metalúrgicos, operários de indústrias têxteis, ferroviários, rodoviários e aeroviários. Em segundo lugar, o recrutamento deveria ser realizado entre os trabalhadores do campo, nomeadamente os camponeses pobres e assalariados agrícolas. O terceiro setor da sociedade

que o PCB deveria direcionar suas forças eram os estudantes, intelectuais e a classe média. De acordo com os dados compilados no desenvolvimento desta pesquisa, entre os anos de 1945 a 1960 o PCB em Minas Gerais atuou em 113 cidades.

Em Minas Gerais as localidades situadas nas regiões Sul, Centro e Zona da mata foram às áreas em que houve maior concentração de núcleos, células e comitês do PCB, entre 1945 aos anos de 1960. As referidas regiões abarcaram um número de 24, 19 e 21 cidades respectivamente, que continham sede do partido, e, contemplaram dessa maneira, um total de 64 cidades, das 113 identificadas em nossa pesquisa. Outras regiões tiveram um número considerável, como o Triângulo Mineiro (13 cidades), e Vale do Rio do Doce (9 cidades). Nesse sentido, podemos concluir que o PCB mineiro concentrou maior atenção em termos quantitativos nas localidades situadas nas regiões do Centro, Sul e Zona da Mata. Ressalvamos que a proposta desta tese refere-se ao estudo das localidades em que o partido atuou em consonância aos trabalhadores urbanos.

O método utilizado pelos comunistas a fim de selecionar as cidades no perímetro urbano tiveram como mote a identificação daquelas que detinham maior número de trabalhadores de indústrias e fábricas no período equivalente dos anos 1940 aos anos de 1960. Foi possível igualmente identificar através dos dados compilados e analisados que os comunistas também articularam suas ações junto aos trabalhadores do campo em regiões e localidades cuja economia era majoritariamente voltada para agricultura e pecuária, por exemplo. Este é o caso da atuação com os trabalhadores rurais nas regiões do Triângulo e Norte de Minas. Todavia, tendo em vista o foco desta pesquisa nos concentramos no exame da influencia dos comunistas junto a classe trabalhadora urbana em Minas Gerais.

A partir da análise das fontes, as regiões relacionadas aos segmentos econômicos urbanos do estado em que o PCB destinou maior atenção foram os ramos de mineração, siderurgia, ferrovias e indústrias. No processo de organização das ações do partido, além da escolha das cidades de atuação, havia também a definição dos mecanismos de instrução dos membros. Uma das estratégias utilizadas pelas lideranças do PCB para instruir os filiados em todo estado consistiu na elaboração de planejamentos visando o ensino, através de estudos dirigidos e seminários, tanto das concepções ideológicas quanto táticas.

Apesar dos eventos cidades, IV e V Congresso do PCB, terem sido conduzidos pelos dirigentes nacionais do partido, as decisões oficiais promulgadas através das chamadas "Resoluções Políticas" foram seguidas pelos integrantes do partido em Minas Gerais. Várias foram as ações que permitiram ao partido aprofundar o envolvimento com as camadas trabalhadoras no estado, com destaque para o estímulo a criação de células. Embora as células

já fizessem parte da constituição da estrutura do partido, de acordo com os dirigentes, a expansão deste trabalho devia ser estimulada para além dos espaços de atuação oficial do partido, como as sedes de comitês regionais e municipais. Ou seja, novas células foram criadas nos espaços de sociabilidade dos trabalhadores, como nos bairros, nas empresas e indústrias. Além disso, houve o estímulo a realização das reuniões das células nas residências dos trabalhadores, no intuito de tornar as ocasiões de socialização com os trabalhadores momentos mais próximos da realidade vivida.

Na medida em que destacamos as alterações na estrutura orgânica e na linha política adotada, aferimos quais foram às principais objetos de luta de trabalhadores e comunistas nesse período. Farta parcela dos exemplos de participação dos comunistas nas ações da classe trabalhadora em Minas Gerais entre os anos de 1945 a 1955 esteve relacionada a reivindicações de aumento salarial, apoio e estímulo a realização de greves e, na mobilização para os trabalhadores organizassem através da criação de sindicatos.

Não obstante, cidades que contavam com maior desenvolvimento econômico e industrial, e, em vista disso já possuíam sindicatos, a orientação das lideranças do PCB era para que fosse realizado o trabalho de atuação no interior dos sindicatos. Este foi o caso da capital do estado, Belo Horizonte, assim como as cidades de Juiz de Fora e Conselheiro Lafaiete. O comunista deveria adentrar na indústria ou empresa como trabalhador e, a partir de então, progressivamente, desenvolver as tarefas de agitação e propaganda. Como dissemos, as principais regiões de atuação do PCB em Minas Gerais, nas décadas de 1950 e 1960 foram as localidades situadas no centro do estado, incluindo a capital, e as regiões sul e zona da mata. Não por acaso, trata-se de regiões com forte desempenho econômico no estado e relevante em setores relativos à siderurgia, mineração, metalurgias e indústrias diversificadas.

Dessa forma, o desenvolvimento das ações estratégicas que marcaram o processo de articulação entre comunistas e trabalhadores não ficou restrito a um único segmento profissional. Muito pelo contrário, através da análise das fontes podemos afirmar que os setores escolhidos pela agremiação foram variados. Por concentrar maior número de trabalhadores no estado, os segmentos profissionais ligados ao circuito da mineração e transportes, expoentes da economia mineira no período, também foram destaque na introdução de elementos comunistas. Para exemplificar, podemos fazer menção a influência exercida pelos comunistas, funcionários da empresa Carris Urbanos sediada em Belo Horizonte. Os trabalhadores comunistas mobilizaram na realização de várias greves e paralisações em Belo Horizonte no ano de 1950 em prol da conquista do abono de natal e melhores salários.

A indicação das empresas que o partido destinava prioridade no desenvolvimento dos trabalhos de ampliação demonstra também uma das principais estratégias utilizadas pelo PCB para efetuar a sua inserção entre as classes trabalhadoras. Ou seja, a escolha por empresas e indústrias que possuam uma quantidade significativa de trabalhadores. Vemos na Tabela 01, que as empresas apontadas como prioridade para inserção de militantes comunistas eram de destaque econômico tanto em âmbito nacional quanto estadual, como a Companhia Siderúrgica Nacional, referência no setor de mineração, e a Acesita, empresa siderúrgica de porte nacional. O historiador Ignacio Godinho Delgado, em seu estudo sobre a atuação do empresariado mineiro durante os governos de Milton Campos (1947-1951) e Juscelino Kubitschek (1951-1955), fornece significativas informações acerca da participação dos estabelecimentos com mais de 250 operários no desenvolvimento industrial mineiro. Setores como metalurgia, mecânica, material elétrico e têxtil em Minas Gerais, na década de 1950 possuíam em torno de 34.690 operários. Se somarmos a este valor o número de operários nos ramos de extração mineral e metalurgia, temos cerca de 23.318 trabalhadores, conforme apresentamos através da reprodução da tabelas seguintes:

Tabela 01: Minas Gerais, 1950: Participação dos Grandes Estabelecimentos (mais de 205 operários) na produção Industrial Mineira - Total e por Ramos

Classe	Estabelecimentos	%	Operários	%	Produção %
Metalurgia, Mecânica, Transp., Material Elétrico	10	3,6	11.551	70,4	77,1
Têxtil	45	32,6	23.139	82,1	69,9
Alimentos	04	0,06	814	4,7	1,7
Outras	22	0,1	10.918	20,5	18,2
Totais	81	0,7	46.422	41,6	25,1

Fonte: DELGADO, Ignacio Godinho. *A estratégia de um revés: Estado e associações empresariais em Minas*. Juiz de Fora: EDUUFJF, p.52, 1997. IBGE: Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Estado de Minas Gerais, Censos Industrial, Comercial e dos Serviços, Parte XXI, Tomo 3.

Através dos dados expressos na Tabela 01, Delgado afirma que as indústrias metalúrgicas, mecânica, material elétrico e transportes respondiam na década de 1950 por 70% pela ocupação de trabalhadores e por 77 % na produção industrial no estado. Ademais, neste contexto a estrutura industrial mineira é igualmente marcada pelo predomínio de pequenos estabelecimentos industriais. Aspecto que reforça outra estratégia utilizada pelos comunistas, isto é, as cidades que não possuem indústrias, a infiltração deveria acontecer nas empresas com bom desempenho local, independente do ramo de atuação. Podemos concluir que os setores selecionados pelos comunistas, correspondem às áreas de franco crescimento dos ramos minério metalúrgico e com ampla concentração de operários.

Na Tabela 02, exposta a seguir, apresentamos dados compilados por Delgado que informam a quantidade de estabelecimentos que se dedicam aos ramos que são prioritários na definição das estratégias de inserção nos anos 50. Assim, como no ramo industrial, os estabelecimentos são relacionados a extração mineral, metalurgia e têxteis, sendo que, ao todo, constituem 550 unidades. Sobre este aspecto vale ressaltar a sólida atuação de comunistas em cidades como Belo Horizonte e região metropolitana, Juiz de Fora, São João Del Rey, Conselheiro Lafaiete, Ouro Preto e Itabira. A Tabela 02 apresenta dados que confirmam quantitativamente a participação dos estabelecimentos que se dedicam a metalurgia, extração mineral e a produção têxtil. Estes ramos correspondem a 46,20 % do total em todo o estado e 38,6% do total de operários, levando em conta os ramos analisados por Delgado em sua pesquisa e perfilados a seguir:

Tabela 02: Minas Gerais, 1950: Características gerais da participação de alguns ramos na estrutura industrial

Classe	Estabelecimento	%	Operários	%	Salários %	Produção %	Capital Aplicado
Ext. Mineral	226	1,9	8.495	7,6	8,2	2,8	6,7
Metalúrgica	186	1,6	14.823	13,3	20,4	11,7	23,6
Têxtil	138	1,2	28.188	25,3	20,6	14,4	12,6
Alimentos	5.672	47,4	15.185	13,6	11,5	45,4	19,9
Outras	5.728	47,9	44.822	40,2	39,3	25,7	37,2
Total	11.950	100	111.513	100	100	100	100

Fonte: DELGADO, Ignacio Godinho. *A estratégia de um revés: Estado e associações empresariais em Minas*. Juiz de Fora: EDUUFJF, p.55, 1997. IBGE: Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Estado de Minas Gerais, Censos Industrial, Comercial e dos Serviços, Parte XXI, Tomo 3.

Através do desenvolvimento desta pesquisa examinamos alguns casos que exemplificam as estratégias empregadas pelos comunistas para realizarem o processo de articulação com as classes trabalhadoras. Nesse sentido, a fim de investigar como a interação entre comunistas e trabalhadores foi realizada e quais os reflexos desta ação, analisamos na tese as ocorrências de greves nas cidades de Belo Horizonte, Nova Lima, Raposos e Conselheiro Lafaiete. Nestas cidades examinamos a articulação dos comunistas com trabalhadores ligados a mineração, transporte, ferrovias e siderurgias, em que diversas greves em prol de aumento salarial e recebimento do abono de natal eclodiram no período equivalente ao final da década de 1940 e durante os anos de 1950. Também examinamos interferência dos comunistas a partir do exemplo da participação destes nas diligências sindicais dos trabalhadores metalúrgicos na cidade de João Molevade. Os casos analisados refletem exemplos significativos da interação entre comunistas e trabalhadores em Minas

Gerais, na década de 1950, nos quais utilizamos dois critérios para a seleção dos exemplos. O primeiro deles refere-se a disponibilidade de fontes que permitiram acompanhar o decurso da articulação e, como segundo critério, a seleção de variados segmentos profissionais, tal como a perspectiva do PCB de introduzir seus membros não apenas em uma única categoria profissional, mas de acordo com a diversidade econômica do estado.

Através das análises desenvolvidas na tese e que expomos resumidamente nesta apreciação, que uma das elementares táticas utilizadas pelos comunistas consistiu na orientação para que membros do partido fossem inseridos como funcionários regulares de indústrias e empresas. Feita esta inserção, a partir das relações cotidianas os pecebistas deveriam influenciar os trabalhadores a constituírem instâncias de representação, a partir da criação de sindicatos ou associações. Ainda, por meio da relação contígua, os comunistas deveriam estimular os trabalhadores a estabelecerem reivindicações sobre o cumprimento dos seus direitos, no intuito de exercer pressão aos patrões de modo à conquista as demandas das classes.

As regiões cuja articulação entre as camadas trabalhadoras urbanas foram de maior intensidade, nas décadas de 1950 e 1960 foram as localidades situadas no centro do estado, incluindo a capital, e as regiões sul e zona da mata. Não por acaso, como expomos trata-se de regiões com forte desempenho econômico no estado e proeminentes em setores relativos a siderurgia, mineração, metalurgias e indústrias diversificadas. Por concentrar maior número de trabalhadores no estado, estes segmentos econômicos igualmente foram de destaque na introdução de elementos comunistas. O processo de interação tinha como mote não apenas a mera interação entre membro do partido e trabalhadores, mas deveria resultar na consequente transformação do trabalhador em membro filiado ao PCB. Dessa forma, o desejo por novos militantes também deveria ser consequência dessa articulação.

Comunistas, enquanto funcionários de indústrias e empresas, idealizaram, estimularam e concretizaram greves e, através dessas ações influenciaram os trabalhadores de distintos segmentos a reivindicarem melhorias nas condições de trabalho e salário. Para os comunistas, a interação realizada com os trabalhadores tinha como finalidade promover o fortalecimento da consciência de classe dos trabalhadores por meio do estímulo e prática da luta coletiva. A aliança entre comunistas e trabalhadores igualmente era considerada como ação indispensável não apenas para que o PCB pudesse se tornar um partido de grandes massas, mas, sobretudo, para que o partido realizasse a revolução social no país. Ainda, conforme a concepção do partido, para que a revolução e a transformação social se concretizassem era necessário que as classes trabalhadoras estivessem organizadas e bem

orientadas. Para o PCB estar 'bem orientado' significava que os trabalhadores deveriam ser guiados pelas concepções da agremiação. O PCB julgava-se, dessa forma, como o único partido capaz de orientar os trabalhadores a conquistarem seus direitos e relevância nacional.

A articulação entre comunistas e trabalhadores foi feita a partir da adesão pelos membros do partido dessas demandas como causas próprias do PCB. Foi assim que os trabalhadores corroboraram e compactuaram com o discurso e práticas do partido e, dessa forma permitiram a participação dos membros do PCB na organização e realização de greves e paralisações. Não obstante, este processo foi paulatino e enfrentou uma série de dificuldades. Mediante as fontes consultadas, sobretudo, documentos partidários, verificamos que os dirigentes estaduais realizaram uma autocrítica em torno dos trabalhos efetuados no transcorrer da década de 1950. Nestes documentos entendemos a concepção que os comunistas detinham em torno dos empecilhos que prejudicavam a realização da articulação entre trabalhadores e comunistas. Os obstáculos para articulação estiveram relacionados ao sectarismo e também aos problemas relacionais, conforme dito no início deste texto. A identificação dos entraves do trabalho de articulação foi fundamental para que os dirigentes pudessem elaborar orientações estratégicas a respeito da maneira pela qual os filiados deveriam exercer suas funções no intuito de rescindir os empecilhos para a articulação.

Dentre os problemas relacionais, os dirigentes apontavam para a resistência do trabalhador em compreender a necessidade de formação ideológica para vir a se tornar um membro do partido. Além disso, os documentos apresentam informações sobre a rarefeita participação reivindicativas dos trabalhadores em reuniões e assembleias sindicais. Muitos trabalhadores frequentavam as reuniões para obter informações ou para solicitar resoluções de seus problemas, com pouco interesse em atuar de modo combativo. Dentre estes trabalhadores não era incomum aqueles que considerassem os sindicatos como espaços de assistência social. Esses empecilhos ao pleno desenvolvimento do partido não foram suprimidos por completo, mas por meio desta pesquisa foi possível averiguar que houve um esforço no sentido de eliminá-los e estabelecer estratégias com vistas ao aperfeiçoamento do funcionamento do partido.

Por fim, ressaltamos que a presente comunicação apresenta conclusões de um trabalho que está em desenvolvimento. Nesta apreciação, tentamos sintetizar as principais conclusões advindas das análises empreendidas até o momento. Ademais, destacamos que o objetivo da nossa pesquisa não é trazer a tona apenas elementos que comprovem o êxito nas ações de articulação entre comunistas e trabalhadores em Minas Gerais. Mas, compreender como se deu o processo dessa articulação, suas dificuldades, êxitos e

deficiências. Além disso, esta tese intenta contribuir com a valorização de um aporte documental pouco utilizado em produções historiográficas, tais como a documentação do Departamento de Ordem Política e Social/DOPS e Coleção Informante do Regime Militar, e que apresenta informações possivelmente desconhecidas, pertinentes à trajetória histórica do PCB em Minas Gerais e sobre a sua relação com as classes trabalhadoras.

Referências

BUONICORE, Augusto César. **Sindicalismo vermelho**: a política sindical do PCB entre 1948 a 1952. Dissertação (mestrado). Departamento de Ciência Política do IFCH-UNICAMP. São Paulo, 1996.

DELGADO, Ignacio Godinho. **A estratégia de um revés**: Estado e associações empresariais em Minas. Juiz de Fora: EDUUFJF, 1997.

MINEIRO, Arquivo Público. **Departamento de Ordem Política e Social/DOPS**. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=19 >

NACIONAL, Arquivo Nacional. **Resolução sobre a Política de Organização do Partido**. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP4/2.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo, 2001.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Estudos Brasileiros)

WEFFORT, Francisco. **Origens do sindicalismo populista no Brasil**. Comunicação apresentada ao Seminário sobre 'Movimentos Laboraes en América Latina'. México, 1972.